



Assembleia Municipal

Acta da assembleia municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária N.º 4/2013, realizada no dia 21 de Junho de 2013

Aos vinte e um dias do mês de Junho de dois mil e treze reuniu em sessão ordinária no auditório da câmara municipal de Alpiarça a assembleia municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram nesta assembleia os seguintes deputados: Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Lúcio António Vieira Amaral, João Manuel de Jesus Brito, Henrique Miguel Caetano Santana, António Alberto Ventura da Costa, Marco António Heleno Domingos da Silva, Joana de Brito Monteiro Serrano, Mário Branca André, Miguel Ângelo Eusébio e Carla Margarida Raposo. Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores Carlos Jorge Pereira, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e João Pedro Costa Arraiolos.

A Ordem de Trabalhos proposta na convocatória foi a seguinte:

Ponto 1 - Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Ponto 2 - Apreciação e votação do Plano de Saneamento Financeiro – Relatório Semestral – Abril 2013.

Ponto 3 - Apreciação e votação do "Regulamento Municipal de Fiscalização Urbanística".

Ponto 4 - Apreciação e votação da 1ª revisão do Orçamento e 1ª revisão das Grandes Opções do Plano para 2013.

Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta de parecer prévio/autorização para uma renovação por mais um ano dos contratos a termo resolutivo existentes em 31/12/2012, nos termos do disposto nos números 3 e 9 do artigo 59º da LOE para o ano de 2013.

O presidente da mesa deu início à sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, tendo proferido a seguinte declaração:

“Hoje, presido uma vez mais, a uma sessão da assembleia municipal de Alpiarça. Fá-lo-ei pela última vez neste mandato, porque entendo que até à realização das próximas eleições autárquicas, devo a todos os meus companheiros, e em muito especial aos elementos que compõem a mesa da assembleia, João Vasco Peixinho e Paula Matias, um reconhecimento pela

forma séria, isenta, leal e competente com que me acompanharam nestes quase quatro anos de mandato autárquico.

Se neste momento, abracei um novo projecto autárquico por entender que é aquele que melhor serve o interesse dos alpiarçenses, e mesmo estando ainda neste na condição de Independente e não militante como outros que aqui estão, não posso por uma questão de consciência, continuar em paralelo a conduzir os trabalhos deste órgão beneficiando dessa representação e visibilidade que me confere a minha eleição neste mandato actual.

Aos eleitos da força política que representei nestes 4 anos da assembleia municipal, à minha querida amiga Joana Serrano como representante da Junta de Freguesia, aos restantes eleitos da assembleia municipal e ainda ao executivo e vereadores da oposição, e independentemente da sua cor política, quero expressar um voto de agradecimento pela forma civilizada como conseguimos de uma forma ou outra, ultrapassarmos diferendos de opinião. A democracia nem sempre é bonita, mas a forma como respeitamos a opinião alheia é uma evidência daquilo que nos distingue e nos qualifica verdadeiramente como seres humanos.

Às pessoas da autarquia destacadas como grupo de apoio, o João Moita, o Ricardo Vaz, e muito especialmente uma outra amiga, a Gena, o meu agradecimento pela lealdade e profissionalismo com que me apoiaram.

Um agradecimento muito especial ao público, na sua grande maioria alpiarçenses, e que fizeram questão em passar por cá, pela verdadeira Casa do Povo, porque foram eles a verdadeira essência da minha intervenção e de eu nunca em momento algum ter questionado levar este mandato até ao fim. Provavelmente por eles mesmo e por eu achar que eles estavam acima de tudo é que surgiram as clivagens, as rupturas, algumas delas acredito que até inultrapassáveis, mas acreditem que mesmo assim valeu a pena. Essa é uma certeza inabalável que eu hoje tenho.”

Período do Público

Fernanda Garnel felicitou o presidente da câmara pelo arranjo do Parque do Carril e perguntou se havia alguma previsão sobre a data de reabertura do Parque de Campismo e pediu informações sobre a situação financeira do município.

Elizabete Relvas perguntou na qualidade de coordenadora da Comissão de Utentes se havia alguma data prevista para a pintura do Centro de Saúde de Alpiarça e se havia alguma data prevista para o arranque do Projecto de Apoio à Pobreza.

Paulo Sardinheiro fez uma intervenção no sentido de explicar à assembleia a razão de estar a fazer a sua intervenção do lado público e não como eleito municipal. Acrescentou que pediu a suspensão do mandato, apesar de ser independente, não por qualquer divergência com os seus colegas, mas antes porque abraçou outro projecto político e deu o seu apoio a outra lista que em sua opinião tem valor e objectivos bem definidos para Alpiarça e considerou que o seu envolvimento na política também é uma forma de contribuímos para a comunidade. Colocou duas questões uma teve a ver com a adjudicação da gestão dos legados a uma empresa que já está a trabalhar com a autarquia e criticou o facto de se ter preterido o antigo gestor que é de Alpiarça a favor de uma empresa de fora de Alpiarça, a outra é o facto do estado de

degradação acentuada nalguns troços de estradas de Alpiarça que foram objecto de obras de saneamento e que se encontram há muito tempo por alcatroar.

Susana Pestana disse ter visitado a Feira Nacional de Agricultura e ter verificado que no dia do concelho o município de Alpiarça esteve apenas representada por duas garrafas de vinho. Opinou que Alpiarça que tanto está ligada à agricultura, que tem agricultores biológicos, que tem associações desportivas, que tem restaurantes, que tem equipamentos desportivos poderia ter estado representada com outro nível.

Francisco José Cunha começou por enaltecer e louvar o trabalho desenvolvido neste mandato pelo presidente da assembleia, Mário Santiago e pelo deputado municipal Paulo Sardinheiro e agradeceu ao primeiro o facto de ser ele o principal impulsionador da aprovação do valor do IMI pela taxa mínima. Depois mostrou o seu desagrado por uma manobra eleitoralista a entrega da exploração do Parque de Campismo a uma pessoa que não percebe nada do assunto e que durante quase quatro anos não fizeram nada e agora próximo das eleições é que entregaram a referida concessão e possivelmente a partir de Outubro irá entregar uma Providência Cautelar. Manifestou o seu agrado pelo arranjo do Parque do Carril e a pintura da Ponte de Alpiarça, mas considerou estes trabalhos também como uma manobra eleitoralista e solicitou que o executivo desse a devida atenção à Ponte do Casal Branco que está num avançado estado de degradação e em vias de cair e que também na zona do Toco há uma ponte a necessitar de arranjos. O munícipe acabou a sua intervenção informando que é candidato a presidente da câmara de Alpiarça e como tal considera que era importante haver debates entre os três candidatos já conhecidos neste momento e não apenas a quinze dias das eleições um debate de uma hora que não dará em nada e disse deixar aqui o desafio não só ao presidente da câmara, mas também ao outro candidato conhecido.

Raul Figueiredo iniciou a sua intervenção dizendo discordar da frase do presidente da assembleia em que referiu que a “democracia nem sempre é bonita”, depois opinou que ficou muito triste quando teve conhecimento da opção que o eleito tomou e que anunciou hoje aqui publicamente, embora reconheça que tem todo o direito de o fazer. Acrescentou que foi um dos que acreditou em Mário Santiago, nas suas capacidades e na sua energia e na sua dedicação ao projecto da CDU. Considerou indecoroso é que tenha trocado as cores da CDU pelas cores do PSD, o partido de Passos Coelho, de Miguel Relvas, do ministro Gaspar e de Cavaco Silva, que esteja ao lado de gente que tem marcado negativamente a vida política do nosso país. São responsáveis pela maior taxa de desemprego que foi atingida pelo nosso país, são responsáveis pela destruição do tecido produtivo do país, pela destruição dos sectores estratégicos fundamentais da economia, provocando miséria, fome e desemprego nas camadas jovens, obrigando-os a emigrar. Aconselha a que quando se apresentarem às pessoas nas próximas eleições, não se escondam atrás da independência, que digam que a vossa bandeira é a bandeira do PSD. Depois fez uma resenha do que tem sido a actividade do executivo da CDU, liderado por Mário Pereira, considerando que a primeira medida que tomou foi a de restituir a dignidade a esta câmara municipal, fazendo o seu saneamento financeiro. Acrescentou que vínhamos de uma gestão que muita gente considera danosa, uma gestão com falta de rigor em que os dinheiros públicos não foram devidamente aplicados e geridos, em que por vezes se confundiu interesses públicos com interesses particulares e familiares, uma gestão que deixou uma dívida de treze milhões de euros. Considerou que o saneamento financeiro do município

foi fundamental, porque mesmo assim com tamanha dívida se conseguiu manter a sua actividade regular, fazer pequenas obras, limpezas, melhoramentos e embelezamentos e deixar três grandes obras: o Centro Escolar, a primeira e segunda fase de recuperação do Museu dos Patudos e a Praça do Município onde finalmente vai ser inaugurado um monumento concluído em 1997. Acrescentou que estas obras têm sido muito criticadas na blogosfera e no anonimato e desafiou o administrador do blogue Jornal Alpiarcense a obrigar à identificação dos autores de certos comentários, para se saber quem é quem, quem são os autores de certas ideias, certas mentiras, certas calúnias e insiste nessas armas. Terminou a sua intervenção apelando que todos se devem assumir com verdade e olhos nos olhos.

O presidente da assembleia em resposta ao munícipe Raul Figueiredo, afirmou que olhos nos olhos, como sempre tem sido o seu apanágio nas conversas que tem tido com o mesmo ao longo do tempo, tendo inclusive já recebido o munícipe em sua casa e que por acaso o contrário não aconteceu e que quando foi convidado para ir ao centro de trabalho do PCP para ter uma conversa séria olhos nos olhos, recusou, dizendo que preferia ter essa conversa em sua casa, porque assim poderiam falar à vontade. Acrescentou que a democracia devia ser uma coisa linda, mas não é, porque da mesma forma que o munícipe critica o António Centeio como administrador do blogue Jornal Alpiarcense por publicar comentário anónimos, que nos tocam a nós próprios, que nós não gostamos, porque o anonimato dá aso a isso mesmo, também devia criticar o blogue Agitalpiarça, um blogue oficial do PCP, onde há pessoas que de forma anónima e a coberto do PCP, utilizando nomes de pessoas que já faleceram, nomeadamente Alfredo Lima e nomes inventados como Lurdes da Patracola, falem mal de pessoas que nós conhecemos, que cresceram connosco, que andaram connosco na escola e que não são nada disso daquilo que dizem. Considerou que isso é que é grave, que o PCP permita que um seu órgão oficial permita este tipo de coisas.

O presidente da assembleia deu a palavra à Vereadora Sónia Sanfona que usou da palavra na qualidade de munícipe. Começou por dizer que não era para intervir mas no decorrer da assembleia mudou de ideias e mudou de ideias porque não esperava assistir a uma pretensão de democracia, que diz já não precisar e admite que a maioria dos presentes também não precise. Disse que liderou um projecto político para Alpiarça em nome do PS, que foi um projecto derrotado, mas que pautou sempre a sua participação pelo respeito por todos os eleitos, por consideração pelas suas posições, pelas suas opiniões, pela sua forma de estar, bateu-se nas questões que entendeu que não eram entendimento da maioria, esteve ao lado da maioria quando entendeu que as posições da maioria eram as que melhor defendiam os interesses de Alpiarça e diz ter feito um trabalho sério juntamente com a sua colega Regina Ferreira. Depois respondendo à intervenção de Raul Figueiredo disse que não é verdade que o saneamento financeiro do município tenha sido a primeira medida da maioria CDU, considerou também que não é verdade que o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), obrigatoriamente, tenha colocado Alpiarça no rumo da sustentabilidade e do desenvolvimento, porque outros municípios com dificuldades financeiras semelhantes a Alpiarça, não recorreram a PSF's, embora outros o tenham feito, e conseguiram dar a volta e resolver alguns dos seus problemas. Acrescentou ainda que uma das grandes desvantagens do PSF é que nos coloca entre baías, sob pena de o violar, além disso o PSF tem um período de carência de três anos e até agora só se tem pago juros, daqui para a frente é que se vai começar a pagar. Considerou que também não é verdade que o Executivo de maioria CDU tenha conseguido executar o seu

programa eleitoral. Acrescentou que afirmar que a gestão do PS foi uma gestão danosa, é uma acusação muito grave, e diz que se muita gente acha que a gestão PS foi uma gestão danosa então tem a obrigação moral de denunciar essa situação e chamar aqui as autoridades, como aliás foi proposto pelo PS nesta assembleia municipal. Afirmou ainda que um partido democrático e responsável, seja ele qual for, tem a obrigação de respeitar as ideias e os princípios de todos e de cada um, mesmo que sejam diferentes da nossa opinião. Para terminar considerou que esta sua passagem pelo Executivo valeu a pena, foi um orgulho e sobretudo foi uma lição de vida, assim como julga que valerá a pena para os que se estão agora a apresentar com novas propostas aos Alpiarçenses e deseja que todos se comportem de forma leal e honesta, tal como as vereadoras do Partido Socialista se comportaram durante a sua passagem pelo Executivo, neste mandato.

O presidente da assembleia deu a palavra ao presidente da câmara, de forma a responder às perguntas colocadas pelos munícipes.

Sobre as questões colocadas pela munícipe Fernanda Garnel, relativamente ao arranjo do Parque do Carril disse que foi uma intervenção recente num espaço aberto à população e a quem nos queira visitar, é uma intervenção que dignifica não só do ponto de vista ambiental mas também urbanístico uma das principais entradas na nossa terra. Relativamente ao Parque de Campismo informou que foi concessionado após a abertura de um concurso público, foi ganho por um concorrente que está a cumprir o caderno de encargos e está a trabalhar no sentido do Parque abrir neste início de Verão. Considera que não foi uma intervenção eleitoralista e que a câmara não esteve quatro anos para resolver a situação do Parque, uma vez que o Parque estava concessionado quando o Executivo tomou posse, depois manteve-se aberto ao público sob administração da câmara, fechou ao público durante cerca de ano e meio e agora em breve irá abrir ao público. Relativamente à situação financeira do município é uma questão que tem vindo aqui com muita regularidade. Informou que neste momento a dívida é de um pouco menos de doze milhões de euros, contra a dívida de treze milhões trezentos e trinta mil euros contabilizados no início do mandato após realização de uma auditoria, a câmara conseguiu reduzir assim substancialmente a dívida apesar de um corte de receitas nas transferências de cerca de setecentos mil euros. Finalizou dizendo que quanto a dívidas a fornecedores, neste momento a câmara de Alpiarça é a terceira melhor pagadora do nosso distrito e uma das melhores do país, estando a pagar a trinta e seis dias, contra o prazo de duzentos e quarenta dias a 30 de Outubro de 2009, data da tomada de posse deste Executivo e que esta melhoria só foi possível graças ao Plano de Saneamento Financeiro.

Quanto à questão colocada pela munícipe Elizabete Relvas, informou que a recuperação e pintura exterior do Centro de Saúde não é competência da câmara, porém como contributo para a melhoria do serviço de saúde no nosso concelho e em reunião com a nova directora do ACES, houve um compromisso da autarquia assumir a pintura exterior, enquanto o ACES iam procurar ao nível do interior proceder a algumas obras de recuperação. Esta intervenção ainda irá ter algum peso no nosso orçamento e um conjunto de diplomas legais entre os quais a Lei dos Compromissos dificulta a possibilidade de dispormos da verba necessária a cada momento, por isso é difícil adiantar uma data certa, mas que não deixará de ser nos próximos tempos. Sobre o projecto de combate à pobreza, o chamado CLDS + é um programa que nesta nova versão com este governo, voltou a contemplar Alpiarça, tendo a câmara proposto a ARPICA

como entidade coordenadora. Numa primeira fase o processo foi aceite pela Segurança Social e depois foi assinado um protocolo de compromisso, à partida estamos a concorrer a um valor de trezentos mil euros para acções de combate à pobreza e de inclusão social no nosso concelho, que pode ser acrescida de uma verba de setenta e cinco mil euros para a recuperação de um edifício afecto a este projecto.

Relativamente à intervenção do deputado Paulo Sardinheiro sobre adjudicação da gestão dos legados a uma empresa que já está a trabalhar com a autarquia, o presidente da câmara contrapôs que a gestão dos legados é feita pela câmara de Alpiarça e que apenas foi entregue a gestão do condomínio de dois prédios de Lisboa. Esta gestão, que até aqui era feita por um advogado de Alpiarça, foi entregue sem acréscimo de custos a uma empresa que já trabalhava com a câmara na área do desenvolvimento turístico para o Alto do Castelo, entre outros tipos de apoio e assessoria. Sobre o asfaltamento das estradas de Alpiarça degradadas em locais sujeitos a obras de intervenção das Águas do Ribatejo, informou que o atraso na reposição dos pavimentos não só em Alpiarça como noutros municípios ocorreu porque a empresa a quem tinham sido adjudicadas estas obras está a passar por grandes dificuldade de tesouraria e que se aproxima de um processo de falência e a empresa Águas do Ribatejo está a desenvolver uma série de trâmites legais para tomar posse administrativa das obras e prevê-se que a reposição de pavimentos possa ocorrer durante o mês de Julho.

Relativamente à intervenção da munícipe Susana Pestana, o presidente da câmara reconheceu que o investimento este ano no espaço de Alpiarça no pavilhão da CIMLT na Feira do Ribatejo foi muito inferior ao dos anos anteriores em que se tem procurado dar visibilidade ao nosso concelho através dos nossos produtos locais e tem-se feito actividades ligadas ao turismo, ao desporto, à etnografia, ao desporto, ao vinho, à agricultura biológica etc. O menor investimento este ano foi feito de forma consciente porque infelizmente este ano o dia do município de Alpiarça foi o último dia e compreendeu-se perfeitamente que haveria um menor retorno.

Sobre a intervenção do munícipe Francisco Cunha, em relação ao parque de campismo, o presidente da câmara disse que já tinha dado as explicações necessárias. Relativamente às pontes do Casal Branco e do Toco disse que são pontes que já estão referenciada pelo Executivo para sofrerem intervenções, pese embora o facto de já estarem há décadas sem serem reparadas, cabendo evidentemente a quem cá está agora proceder às intervenções adequadas. Sobre a realização de debates informou o munícipe que é preciso dar tempo ao tempo e tudo tem o seu tempo, se o debate já se tivesse realizado seria com um candidato independente e a realidade agora é outra, acrescentou que não tem qualquer problema em participar em debates, já o fez no passado com outros candidatos, assim haja interesse por parte da população e alguém que patrocine este tipo de debates, até porque é a terceira vez que se está a candidatar à câmara de Alpiarça.

Sobre a intervenção da Vereadora Sónia Sanfona, enquanto munícipe, permitiu-se discordar alegando que a CDU em 2009 encontrou esta câmara municipal em situação de desequilíbrio estrutural, numa situação de pré-rotura financeira e não teve outra saída do que recorrer a um Plano de Saneamento Financeiro. Disse ainda que municípios houve que não recorreram aos PSF's, mas logo que houve outras soluções, a que chamam agora os PAEL, a maior parte dos

municípios acabaram por lá ir e em condições muito menos favoráveis. Para melhor cumprir os objectivos propostos muita falta fazem os cerca de setecentos mil euros que nos foram retirados durante o actual mandato pelos vários governos. Acrescentou ainda que também teve muito gosto em trabalhar com as Vereadoras Sónia Sanfona, Regina Ferreira e Luís Garrotes no início do mandato, e que assim continuará a acontecer até Outubro e que mantêm uma excelente relação, que nem sempre estarão de acordo em todos os assuntos, mas que na sua esmagadora maioria as deliberações são tomadas por unanimidade.

Actas

O presidente da assembleia pôs à discussão a acta de 24 de Abril de 2013, e informou que a acta de 26 de Abril está incompleta por cessação do contrato de trabalho do funcionário que redigia as actas e que virá, em princípio, à próxima sessão. Não havendo discussão foi a acta posta à votação tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções.

Período Antes da Ordem do Dia

O presidente da assembleia deu início a este período aceitando inscrições de deputados municipais para as respectivas intervenções. Apresentou de seguida um voto de louvor ao Jornal “Voz de Alpiarça” e convidou as diversas bancadas a associarem-se à iniciativa. Pôs o voto de louvor à discussão.

Usaram da palavra os deputados municipais Fernando Ramalho, Celestino Brasileiro e João Brito dizendo que iriam votar favoravelmente este Voto. Posto à votação, o Voto de Louvor ao mensário “Voz de Alpiarça” foi aprovado por unanimidade.

O deputado municipal João Brito congratulou-se por ver a sala cheia, coisa que nem sempre aconteceu ao longo de oito anos que faz parte desta assembleia vestindo a camisola do PSD. Acrescentou que não era para intervir mas que pegou numa caneta e num papel e escreveu a sua intervenção que leu de pé. Disse que esta seria uma das últimas assembleias municipais em que participaria enquanto deputado, porque seguramente não fará parte do próximo mandato autárquico, agradeceu a paciência que todos tiveram ao longo de todos os anos, porque não é fácil agradar a todos, mas está certo que todas as decisões que tomou foram de acordo com a sua consciência e felicitou os que já anunciaram a sua candidatura às próximas eleições autárquicas, nomeadamente aos deputados Mário Santiago e Paulo Sardinheiro, e que se o povo assim o entender passarão a vestir a camisola do PSD, que no contexto actual é uma camisola que pesa toneladas. Disse que não é vergonha nenhuma ser-se do PSD e pede que se assumam com dignidade, porque ele próprio nunca escondeu que era do PSD, que tem visto na blogosfera local tentarem passar pessoas para heróis sobre a questão da taxa do IMI e afirmou que a bancada do PSD sempre se assumiu como defensora intransigente desde a primeira hora pela aplicação de uma taxa de 0,3% para o IMI no nosso concelho, como sendo a taxa mais justa e lamentou profundamente que da parte de uma candidatura do PSD este trabalho nunca tenha sido reconhecido e enaltecido.

O deputado Lúcio Amaral informou que após algumas obras das Águas do Ribatejo no Frade de Cima na rua 25 de Abril a água perdeu a pressão na parte alta desta rua e chamou a atenção também para os abatimentos dos pavimentos nas ruas onde têm havido obras de colocação de

condutas e solicitou a intervenção da câmara para a correcção destas situações. Pediu também a alteração dos critérios do corte de iluminação pública nalguns locais do Frade de Cima porque há pessoas que têm medo de sair à rua porque ficaram sem luz junto das habitações. Disse que na rua Norton de Matos andam a proceder à pavimentação de passeios mas que não viu a colocação de caixas para ligação de águas pluviais e que depois as pessoas acabam por ligar as águas aos colectores domésticos. Sobre a gestão danosa dos executivos PS falada no período do público, disse que durante um dos executivos CDU no passado, também foram dados como concluídos os esgotos no Frade de Cima sem que lá estivesse colocado um tubo.

O deputado Mário André disse que se tem assistido à morte de centenas ou milhares de peixes na Barragem dos Patudos, que está ao corrente de que a câmara tem feito algumas demarches no sentido de debelar ou pelo menos minimizar o problema, mas gostava de saber o ponto a situação e se já é conhecido o motivo da mortandade.

O deputado Fernando Ramalho sobre a gestão danosa dos executivos PS falada no período do público lembrou a evolução registada na Zona Industrial (Z.I.), que passou de uma Z.I. sem indústria, para uma Z.I. com a instalação de novas fábricas e empresas que são o nosso orgulho e que criaram muito emprego. Lembrou que a gestão PS também encontrou dívida no tempo da CDU e que não foi tão pouca como isso e que o PS em vez de andar anos a falar em dívida resolveu o problema. Sobre a solução que a câmara de Alpiarça encontrou para a problema da dívida, que foi o recurso ao célebre PSF, comparou-o a uma espécie de pacto de agressão a Alpiarça como alguns chamam ao que se passa com quem emprestou dinheiro ao país. Considerou no entanto que foi uma opção legítima que foi tomada, que foi aprovada, mas que não era a única, porque houve municípios que não recorreram a PSF's e estão a pagar muito menos juros do que Alpiarça. O deputado apresentou ainda uma moção sobre um assunto que já veio à última assembleia municipal que é sobre a altura do muro que está ser construído nas traseiras e anexos do Museu dos Patudos.

A deputada Graciete de Brito disse que não discorda apenas da altura do muro que está a ser construído, mas também pelo facto do muro actualmente vir até ao passeio numa altura de cerca de 5 metros e tapar completamente a visibilidade do Museu a quem vem de Alpiarça em direcção a Almeirim e discordou também do que está a ser feito na recuperação do edifício das antigas cavaliças que parece que está construído dentro de um tanque que lhe tapa quase toda a visibilidade e teme que o presidente da câmara fique conhecido como o presidente que mais muros fez em Alpiarça.

O deputado João Brito disse que também não vê com bons olhos a altura do muro, mas espera algumas explicações do presidente da câmara sobre a solução encontrada para esbater a altura do muro, de modo a poder votar a moção em consciência.

O deputado Celestino Brasileiro disse que a bancada PS tem demonstrado aqui uma posição muito rígida do projecto da segunda fase dos arranjos na Casa dos Patudos, é a sua posição e que temos de respeitar, lembra que há uns anos o PS também foi contra a construção da Barragem dos Patudos, hoje defende-a, e muito bem, e é o nosso ex-libris visitado anualmente por milhares de munícipes e de forasteiros, que o muro ainda está em construção e não está finalizado e pode ser que o PS depois mude de ideias.

Usou da palavra o presidente da câmara que disse que este é um assunto que tem vindo com alguma frequência não só aqui como tem vindo a ser discutido no Executivo, nesta área das opções estéticas as opiniões podem divergir e a margem de discussão é enorme, mas há coisas que têm vindo a ser ditas que não correspondem a factos. Esta intervenção a fazer no espaço de entrada dos Patudos vai substituir uma área de entrada tipicamente urbana com uma rua, passeios, parque de estacionamento e muros a ladear, por um espaço muito mais amplo e intimista e a visibilidade sobre a lezíria vai aumentar porque toda aquela zona sul em ruínas, das cavalariças, dos anexos e da antiga horta vai estar aberta ao público, com uma rampa, com terraço, vai ter o espaço polivalente para espectáculos e conferências e vai ficar com uma vista soberba sobre a lezíria. O presidente da câmara mostrou depois uns slideshows onde se vê os muros existentes e a vegetação que irá cobrir os muros agora construídos, constituída por era e vinha virgem que vai cobrir todo o muro e que adquirirá vários tons conforme as diversas estações do ano.

Chegadas as vinte e quatro horas o presidente da assembleia pôs à votação a continuação da assembleia. Foi aprovado continuar os trabalhos por maioria com cinco abstenções.

O deputado Fernando Ramalho opinou que o próprio presidente da câmara numa reunião do Executivo votou favoravelmente a proposta das vereadoras para reavaliar a questão da altura do muro, do que se depreende que também não estava completamente em acordo com a solução proposta.

O deputado Mário André perguntou se a altura deste muro é legal, ou ilegal.

O presidente da câmara relativamente à intervenção do deputado Fernando Ramalho, disse que sempre defendeu a solução proposta, mas que a maioria no Executivo estava aberta a reavaliar o processo, mas desde logo chamou a atenção para os atrasos que se poderia verificar ao consultar várias entidades envolvidas e a obra tem um tempo limite para ser fechada. Quanto à questão da legalidade do muro, há que ter em atenção que o projecto foi aprovado por todas as entidades nacionais que têm voz nesta matéria, tem até merecido elevada nota, o que responde à questão colocada pelo deputado Mário André.

O presidente da assembleia pôs à votação a moção apresentada pela bancada do PS sobre a altura do muro. A moção foi rejeitada por maioria, com oito votos contra da bancada CDU, sete votos a favor (seis da bancada PS e um da bancada CDU) e uma abstenção da bancada PSD.

A deputada Ana Margarida Céu também falou da iluminação pública e informou que ainda ontem no Casalinho, em toda a rua 25 de Abril e rua Manuel Fernandes não havia iluminação pública. Perguntou se foi uma estratégia adequada a reposição dos dois sentidos de trânsito na rua Manuel Paciência Gaspar, se não deveria ter sido proibido o estacionamento nalguns troços e questionou se era permitido o trânsito pesado no sentido ascendente. A deputada passou a ler um pedido de informação à câmara com o seguinte teor: Na última sessão desta assembleia foi dito que a câmara municipal não estava a fazer as transferências de rendimentos dos Legados para a Fundação José Relvas porque os mesmos estavam a ser utilizados nas obras de conservação da Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça, sucede que esta informação que está na sua origem tem como base uma absoluta ilegalidade porque existe uma segregação natural por decisão testamentária da conta dos Legados porque o Legado José Nunes Ferreira nada tem a

ver com o Legados José Relvas, Ana Pereira Piscalho e Joaquim Nunes Ferreira ou Álvaro da Silva Simões. Existe desde o tempo em que era presidente da câmara o Dr. Armindo Pinhão uma deliberação que obriga que a câmara municipal transfira para a Fundação José Relvas os saldos dos Legados à excepção do Legado José Mascarenhas Relvas, deliberação essa que não foi anulada ou revogada. Assim sendo a bancada do PS solicita informação das contas correntes dos diversos Legados que têm como beneficiária a Fundação José Relvas bem como o cumprimento imediato da deliberação em vigor que obriga à transferência de saldos para a Fundação José Relvas. Depois a deputada passou a ler outro pedido de informação à câmara com o seguinte teor: A bancada do Partido Socialista contactou a administração da Fundação José Relvas no sentido de saber informações sobre o projecto CLDS, foram informados que a indicação oficial é de que seria a Fundação Relvas a entidade coordenadora do projecto, informação essa facultada pelo Vereador Arraiolos em reunião do Conselho de Administração. A Fundação refere que em termos oficiais nunca foi informada do contrário, tendo até já solicitado um pedido de esclarecimento à câmara municipal, mas ainda sem resposta até agora. A bancada do PS gostaria de saber porque mudaram de opinião, porque não foi a Fundação informada da mudança da decisão, se o projecto que vai ser desenvolvido pela ARPICA é o que foi elaborado pelos técnicos pagos pela Fundação José Relvas. Assim sendo a bancada do PS solicita o acesso ao projecto do CLDS a desenvolver pela ARPICA e a tabela salarial dos diferentes técnicos que o irão desenvolver.

O deputado Celestino Brasileiro considerou que era expectável o anúncio do presidente da assembleia de suspender o mandato, uma vez que se está a candidatar por uma força política diferente daquela que o elegeu, mas é uma decisão que respeita. Teceu algumas considerações sobre o que considerava ser a democracia e opinou que o PCP, que é um partido a quem a democracia muito deve quer pelo seu passado histórico quer pelo seu presente, e os seus militantes não recebem lições de liberdade e democracia de ninguém. Sobre o arranjo das pontes diz ter a certeza que o executivo está atento a essas situações e que, ou neste mandato ou no próximo, procederá ao seu arranjo. Sobre o cumprimento do programa eleitoral da CDU, opinou que está a ser cumprido e irá continuar a sê-lo até final do mandato. Apresentou uma moção sobre as Finanças Locais, a designada PLFL e disse que esta moção foi baseada numa resolução do encontro de presidentes de câmara realizada em Maio e aprovada pela grande maioria dos presidentes. A moção foi posta à votação tendo sido aprovada por maioria com treze votos a favor (nove da bancada CDU, três da bancada PS e um da bancada PSD) e três abstenções da bancada PS.

O deputado Marco Silva, opinou que parece que ao fim de quatro anos houve alguma evolução e o deputado Fernando Ramalho já admitiu que o PS deixou dívidas. Disse que as dívidas têm de ser pagas e não se pode chegar a altura das eleições e branquear as coisas com uns retoques de bate-chapas e pintura. Sobre as Águas do Ribatejo disse que afinal também há algumas coisas que falham, a empresa também tem os seus problemas o que vem dar razão a algumas reservas que a CDU na altura tinha sobre o projecto.

O deputado Fernando Ramalho, pegando nas palavras do deputado Celestino Brasileiro sobre a barragem, opinou que também era contra a barragem nos moldes em que a CDU a deixou, pois não passava de um monte de lama a tapar um curso de água. E se a barragem hoje está como está isso deve-se ao PS que fez todos os arranjos no seu perímetro, no paredão, no parque de

estacionamento, nos arruamentos, nos passeios, nos parques de merendas e que isso também contribuiu para a dívida.

A deputada Graciete de Brito em relação à dívida disse que o PS, herdou quatro milhões de euros de dívida, fez investimentos de cinquenta milhões de euros e deixou uma dívida de treze milhões, considerou que é fácil fazer contas. Depois pediu alguns esclarecimentos ao presidente de câmara sobre a geminação de Alpiarça com Champigny-sur-Marne. Também pediu esclarecimentos ao presidente de câmara sobre o custo da gestão do condomínio dos prédios dos legados de Lisboa.

O presidente da assembleia deu a palavra ao presidente da câmara para responder às várias questões colocadas pelos deputados municipais.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Lúcio Amaral, disse que estas questões já foram abordadas com a empresa Águas do Ribatejo, são questões pontuais no concelho e que passa pela injeção de mais pressão na rede, mas sob pena de rotura de condutas que como se sabe são muito velhas e não aguentam a pressão. Sobre o abate de pavimento dos troços sujeitos a obras e seu alcatroamento, disse já ter respondido numa intervenção anterior. Sobre a iluminação pública e o critério de apagar pontos de luz alternadamente, é um procedimento adoptado por muitos municípios porque o aumento do IVA fez disparar o valor da factura energética e havia que encontrar uma solução para minorar a despesa com a iluminação pública. Sobre o arranjo da rua Norton de Matos, informou que se optou por construir a Praça do Município e parque de estacionamento em detrimento das ruas do Frade de Cima, recorrendo a fundos comunitários, mas por meios próprios a câmara está a proceder à realização do arruamento citado. Sobre os esgotos do Frade de Cima não finalizados o presidente disse que é uma questão que já tem barbas e que já foi aqui explicada muitas vezes, foi na altura uma candidatura conjunta com a câmara de Almeirim e para efeitos de fecho das contas dos fundos comunitários, a obra teve de ser dada como acabada. Acrescentou que o actual executivo também herdou uma situação idêntica vinda dos executivo PS e respeitante à zona industrial de Alpiarça, a obra tinha sido dada como acabada e não estava e o executivo CDU numa altura em que não havia cimento, nem blocos, nem lancil, nem pavê, porque ninguém nos fiava, executou a obra recorrendo ao pessoal da autarquia e evitou-se a devolução de 160.000 euros.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Mário André sobre a morte de peixes na barragem, disse que é uma situação que acontece ciclicamente e este ano de forma mais gravosa e que a câmara contactou várias entidades oficiais, desde a GNR, autoridades de saúde, Universidade de Aveiro, Escola Superior de Tecnologias do Mar de Peniche e o Fluvial de Mora, foram pedidas análises à água e foram até recolhidas amostras de água para análises pela antiga ARH do Tejo. O presidente disse estar a procurar-se encontrar as razões profundas do problema e procurar resolver definitivamente o problema, acrescentou que a espécie que tem sofrido mais mortes é a dos pimpões, pela falta de oxigenação provocada não só pelo excesso de seres vivos na barragem, algas e peixes, e também pela sobrecarga em termos de uso para a prática de pesca desportiva com o lançamento de toneladas de engodo para a albufeira.

Sobre a intervenção do deputado Fernando Ramalho e relativamente à zona industrial, discorda do deputado quando faz crer que a zona industrial de Alpiarça é uma criação do PS, quando o não é. Só quem não se lembra do estado miserabilista, de atraso a todos os níveis, em que se encontrava Portugal e em particular Alpiarça, quando se deu o 25 de Abril de 1974, pode ignorar tudo o que foi feito pelos vários executivos até à chegada do PS ao poder nas eleições autárquicas de 1997. Todos devem reconhecer o trabalho que foi feito pelos vários executivos e todos eles têm a sua quota-parte de responsabilidade no bem estar e níveis de desenvolvimento em que se encontra hoje o concelho de Alpiarça, e a própria zona industrial neste mandato da CDU já conheceu a instalação de novas indústrias e o alargamento de outras. Relativamente ao PSF, o presidente voltou a defender que foi a melhor solução para o problema financeiro do município e que os chamados PAEL para pagamento de facturas a fornecedores têm taxas de juro mais altas do que o PSF.

Sobre a intervenção da deputada Ana Margarida do Céu, disse que relativamente à falta de iluminação no Casalinho deve ter-se tratado de avaria e que quando comunicada à EDP costumam ser rapidamente resolvidas. Quanto à mudança de sentidos na rua Manuel Paciência Gaspar, é uma situação de envolve sempre perspectivas diferentes e disse deixar a resposta para o vereador Carlos Jorge. Sobre os legados disse deixar a resposta desta questão para o vereador João Arraiolos, acrescentou porém que relativamente ao Legado Relvas na altura do testamento de José Relvas, a actividade agrícola sustentava e sobrava para a actividade da Casa dos Patudos e chegava até para José Relvas comprar toda a sua colecção de arte. A realidade hoje é completamente diferente e o investimento que se faz na manutenção do património edificado absorvem totalmente os rendimentos do legado. Relativamente ao CLDS disse deixar a resposta também para o vereador João Arraiolos, mas acrescentou que a câmara de Alpiarça contactou a Fundação José Relvas no sentido de lhes dar a conhecer a situação e verificar a disponibilidade, mas havia da nossa parte uma referência fundamental que era o histórico recente do envolvimento da Fundação do anterior CLDS, que foi de profunda intransigência, num desafio aberto, claro, ilegítimo e injustificado à câmara municipal de Alpiarça, até com duas composições políticas diferentes. Relativamente à tabela salarial terá de ser cumprida a defendida pela câmara no anterior CLDS, ou seja igual à praticada na função pública para técnicos com funções idênticas, se se pautará por cerca de metade daquilo que na altura foi proposto pela Fundação.

Sobre a questão colocada pela deputada Graciete de Brito relativamente à geminação com Champigny-sur-Marne, o presidente da câmara informou que houve um convite desta cidade francesa para a comissão de geminação para as festas que se realizam este fim de semana, como não há comissão de geminação, o presidente da assembleia reencaminhou o convite para a câmara municipal, que será representada pelo vereador João Arraiolos, cuja viagem será custeada por Champigny e onde estará presente também o Grupo de Danças e Cantares Albandeio, que neste momento já vai em viagem com aquele destino, para fazer uma actuação nas festas da cidade. Já foi endereçado um convite ao maire de Champigny para estar presente juntamente com uma delegação da sua cidade na próxima Alpiagra, para fazer a divulgação daquela região. Sobre a questão do ajuste directo para gestão dos prédios de Lisboa, o presidente da câmara prometeu trazer a uma próxima assembleia o contrato efectuado com a empresa agora encarregue desse trabalho.

Sobre a Lei das Finanças Locais o presidente da câmara informou que esta nova Lei é uma preocupação dos autarcas deste país, vai pôr em causa o poder local democrático tal como o conhecemos e está já previsto o corte de um quinto das transferências do OGE para as autarquias. O próprio IMI que tem sido referido como uma solução milagrosa para as receitas municipais, vai ter uma boa parte afectada a um fundo de apoio municipal que vai ser criado para apoiar as câmaras com excesso de endividamento. O IMT a partir de 2016 vai deixar de ser imposto municipal. O presidente da câmara acrescentou que os candidatos às próximas eleições autárquicas devem estar atentos a esta realidade, aquando da elaboração dos respectivos programas eleitorais.

O vereador Carlos Pereira relativamente às questões colocadas pela alteração de sentidos na rua Manuel Paciência Gaspar, acha que a câmara fez bem e que neste momento há mais alternativas para ir de Alpiarça para o Casalinho e vice-versa e que o cruzamento com veículos pesados pode acontecer em qualquer troço de estrada e cabe-nos a nós escolher a melhor solução, não tendo ainda a câmara estudado a proibição de estacionar. Sobre o corte de iluminação nocturna, o vereador disse que o corte em ruas inteiras se deveu com certeza a avaria, mas os cortes em luminárias alternadas se deveu ao aumento do preço da energia conjugado com aumento do IVA. O vereador disse ainda que todas as situações de descontentamento que têm chegado à câmara, têm sido analisadas e solucionadas, no caso dos lugares há mais do que uma vez por semana um funcionário da câmara que faz atendimento público e onde esses casos podem ser apresentados. Relativamente aos esgotos da rua Norton de Matos estão a ser colocados esgotos domésticos e pluviais e estão a ser feitas ligações das casas a estes últimos.

O vereador João Arraiolos informou que em relação aos legados as contas são feitas de forma separada, consoante cada um dos legados e não há retenção de qualquer verba devido a obras, o que pode acontecer é devido às regras impostas pela Lei dos Compromissos, em que pode haver dinheiro em tesouraria, nos bancos, mas não ser possível em dado momento fazer as transferências, mas já se transferiu uma verba de dez mil euros e há um compromisso de transferir mais uma verba em breve. Disse não haver qualquer problema para fornecer as contas dos legados. Sobre o CLDS+ fez suas as palavras do presidente da câmara e disse que depois da câmara saber que Alpiarça tinha sido contemplada com este programa, houve muito pouco tempo para escolher a entidade coordenadora do projecto, o vereador reuniu com as duas instituições do concelho: a ARPICA-Cantinho do Idoso e a Fundação Relvas que mostraram ambas a sua disponibilidade e a solução adoptada pela Fundação foi logo à partida excluída pela Segurança Social e a câmara municipal em colaboração com o Centro Regional de Segurança Social optou pela ARPICA, por deliberação do executivo municipal e por se achar que era a melhor solução, o que foi comunicado por telefone à Fundação. O vereador referiu que este CLDS+ é diferente do anterior e determina que cabe às câmaras municipais logo no início escolher tanto a entidade coordenadora como o coordenador técnico. Quanto a valores neste momento está em desenvolvimento o plano de acção pela câmara municipal, pela entidade coordenadora, pelo coordenador técnico e pelo núcleo executivo do CLAS. A próxima fase é a aprovação pelo plenário CLAS em princípio no dia oito de Julho e quando tudo estiver aprovado, os valores serão divulgados.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a Apresentar pelo presidente da câmara municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

A assembleia tomou conhecimento da actividade e da situação financeira do município, não se tendo registado qualquer discussão ou pergunta sobre o ponto.

- Ponto 2 – Apreciação e votação do Plano de Saneamento Financeiro – Relatório Semestral – Abril de 2013

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

O deputado Fernando Ramalho perguntou qual era o valor previsto que a câmara vai receber de IMI, considerando que deverá ser a única receita que irá ter um aumento significativo. Sublinhou que as notas de cobrança já foram emitidos pelas finanças e questionou se a câmara já tinha perguntado às finanças qual o valor para o corrente ano.

O presidente da câmara disse que em relação ao Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido e das cinco reuniões ordinárias da assembleia municipal realizadas, o relatório do PSF veio a três delas, é das situações mais escrutinadas e não concorda quando se insinua que há pouca transparência nas contas da câmara. O presidente disse que relativamente à receita de IMI lhe apetecia devolver a pergunta ao deputado, perguntando-lhe o que entendia ele por aumento significativo do IMI.

Depois de algumas trocas de impressões sobre este tema entre o presidente da câmara, o deputado Fernando Ramalho, o presidente da mesa e o deputado Marco Silva, o presidente da câmara informou que a receita cobrada em 2012 na primeira tranche de Maio de IMI foi de 297.773,00 euros e a mesma tranche relativa a 2013 foi de 307.372,00 euros, não chegou a haver um aumento de 10.000 euros. Depois o deputado Fernando Ramalho disse que a câmara municipal orçamentou o valor de 690.000 euros como receita prevista de IMI para 2013, quando em 2012 tinha sido de 590.000 euros e perguntou se era expectável a receita em 2013 atingir ou até superar este valor previsto em orçamento, tendo sido respondido pelo presidente de câmara que não sabia, tendo o deputado Fernando Ramalho contraposto que o presidente da câmara sabia mas não queria dizer porque as notas de cobrança já foram todas emitidas.

O deputado Mário André perguntou como foram feitas as previsões de taxas multas e outras penalidades e a que verbas se referia a venda bens e serviços, porque acha as verbas inflacionadas. O vereador Carlos Pereira explicou que o Plano de Saneamento Financeiro foi elaborado em 2011 e as previsões de receitas foram feitas com base num determinado histórico de anos anteriores que mercê de cortes sucessivos na receitas, por via dos PEC's e por outros motivos, se tem vindo a revelar em diminuição de receitas e diariamente até por via da Lei dos Compromissos, terão de ser ajustadas.

Posto o ponto à votação foi aprovado por maioria com nove votos a favor (oito votos a favor da bancada CDU e um voto da bancada PSD) e seis abstenções da bancada PS.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento municipal de Fiscalização Urbanística

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

- Ponto 4 – Apreciação e votação da 1.ª revisão do Orçamento e 1.ª revisão das Grandes Opções do Plano para 2013

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão. A deputada Graciete de Brito considerou a proposta do vereador das Finanças mal elaborada e pouco elucidativa. O vereador Carlos Pereira explicou que esta revisão do Orçamento se destina à incorporação do saldo da Conta da Gerência anterior no valor de 621.904 euros e as rubricas orçamentais por onde a verba será distribuída consta da proposta. A deputada Graciete de Brito disse que o que vê na proposta é que a verba vai quase toda para juros.

O deputado Fernando Ramalho fez algumas considerações sobre esta revisão e acusou o vereador Carlos Pereira de ter enganado a assembleia por não ter inicialmente orçado todo o valor de juros e agora reforçar a verba com a revisão.

O vereador Carlos Jorge, afirmou que não enganou ninguém e não disse admitir esse tipo de acusações ao deputado, acrescentou ainda que as modificações ao orçamento são instrumentos legais e que servem para isso mesmo, para modificar o orçamento.

O presidente da câmara opinou que a pergunta foi posta com má fé e que é inadmissível por parte de quem sabe que as revisões ao orçamento se fazem desde sempre e são instrumentos contabilísticos perfeitamente legais.

O ponto foi posto à votação, sendo aprovado por maioria com nove votos a favor (oito votos a favor da bancada CDU e um voto da bancada PSD) e seis abstenções da bancada PS.

- Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de parecer prévio/autorização para uma renovação por mais um ano dos contratos a termo resolutivo existentes em 31/12/2012, nos termos do disposto nos números 3 e 9 do art.º 59.º da LOE para o ano de 2013.

O presidente da mesa pôs o ponto à discussão.

A deputada Graciete de Brito disse ter lido os contratos com alguma atenção os dois contratos e disse que as dotações iniciais são diferentes e as classificações económicas também são diferentes, sendo ambos contratos a termo resolutivo, um está em pessoal dos quadros e outro em pessoal em funções. O presidente da câmara disse que ia transmitir as dúvidas da deputada aos serviços de contabilidade que terá com certeza todo o gosto em responder.

O ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Período do Público

O município Francisco Cunha opinou que os deputados deviam preparar melhor as perguntas e que o presidente da câmara devia ser mais sucinto nas respostas. Relativamente ao CLDS+ duvida que o projecto esteja bem entregue à ARPICA que é uma entidade que deixou desaparecer mais de 130.000 euros, talvez que o CLDS+ seja para ajudar a repor o dinheiro que desapareceu. Relativamente à apresentação de programas eleitorais megalómanos o município disse que até agora nunca apresentou nenhum programa megalómano quem o apresentou foi

o presidente de câmara e a CDU nas últimas eleições e que não o conseguiu cumprir, relativamente ao recado dado pelo senhor presidente de câmara ao futuro das autarquias, o munícipe disse que se houver algum problema na câmara de Alpiarça ele não terá qualquer culpa porque quem geriu a autarquia nos últimos anos foi o eng.º Figueiredo, o dr. Rosa do Céu, a dr.ª Vanda Nunes e o dr. Mário Pereira, se houver algum problema no futuro estes serão os quatro culpados. Relativamente à Barragem dos Patudos, Francisco Cunha considera que esta obra se deve ao Eng.º Leonel Piscalho e ninguém lhe faz a devida homenagem, porque saiu chateado com a CDU e então já não presta e foi esquecido assim como serão esquecidos outros autarcas CDU porque não concordam. O munícipe diz que costuma ver a página da Câmara do Facebook, com muitas fotografias do presidente e disse lembrar-se de há uns anos aparecerem umas fotografias do João Osório chefe de gabinete do dr. Mário Pereira, junto a uns peixes mortos e questionou o presidente porque é que agora que aparecem tantos peixes mortos na barragem não aparecem fotografias da mesma pessoa junto desses peixes. Relativamente ao muro nos Patudos o munícipe ironizou e deu como sugestão que se fizesse um canil até à casa vizinha para prender os cães vadios que são às dezenas. Relativamente à dívida da câmara opinou que ela é da responsabilidade da CDU e do PS, porque o PS herdou uma dívida de quase cinco milhões de euros do Fundo de Fomento de Habitação (FFH) e depois ele próprio fez mais uns milhões de dívidas e que agora se diz que está nos doze milhões, e mais valia que não se pagasse nada e que as pessoas andassem mais bem dispostas, porque pelo passo a que se anda a pagar vão demorar 50 anos a pagar, basta pegar num lápis e fazer contas. Relativamente ao munícipe Raul Figueiredo, Francisco Cunha disse que em 1997 escreveu um artigo para o Mirante em que dizia que a melhor coisa que poderia ter acontecido a Alpiarça foi a chegada do eng.º Figueiredo à câmara de Alpiarça, e não se enganou, foi a forma do PS ascender ao poder, porque a CDU perdeu a câmara. Acrescentou que a chegada novamente do eng.º Figueiredo à política activa é um bom presságio para ele próprio ganhar as eleições em Setembro. Relativamente aos blogues do sr. Centeio, Francisco Cunha disse que é o maior interessado em que se acabe com o anonimato na blogosfera, porque ele também é uma vítima do anonimato e que se escrevem mentiras sobre mentiras relativamente à sua pessoa. Relativamente ao apoio do PSD à sua candidatura, o munícipe opinou que este partido deu o seu apoio a uma candidatura de independentes. Desafiou tanto o dr. Mário Pereira como o eng.º Pedro Gaspar para um debate público sobre o que cada um defende para o futuro de Alpiarça.

O munícipe Raul Figueiredo disse que começaria por desfazer um equívoco relativamente à vereadora Sónia Sanfona, não lhe pretendeu dar lições de democracia, que era uma pessoa que considerava muito e que por isso esperava mais dela relativamente à elaboração do Relatório BPN, que vai custar ao país muitos milhares de milhões de euros. O munícipe disse que queria desmentir uma afirmação mentirosa dita pelo munícipe Francisco Cunha relativamente à dívida deixada pela CDU e herdada pelo dr. Rosa do Céu e sugeriu à câmara de Alpiarça que tem os seus arquivos e está na posse de todos os dados, que de uma vez por todas esclarecesse estas pessoas que insistem em afirmar mentiras sobre a dívida ao ex- FFH. Acrescentou que tanto o dr. Armindo Pinhão como ele próprio sempre estiveram disponíveis para pagarem a dívida ao ex- FFH, mas na base de juros contratualizados e não a juros abusivos ditados unilateralmente pela Caixa Geral de Depósitos. A dívida a juros do FFH nem aos 200.000 contos chegariam e a verdade é que o dr. Rosa do Céu renegociou a dívida e baixou-a

para 280.000 mil contos, foi esta a dívida deixada pela CDU no final do seu mandato, apesar do dr. Rosa do Céu não ter tido a necessária preocupação e interesse de zelar pelos reais interesses do município e da população, porque esta dívida devia ter sido negociada por menos de 200.000 contos. Relativamente aos 40.000 contos dos esgotos do Frade de Cima, disse que também sem sido ultrajado e que houve pessoas inclusivamente que sugeriram que ele teria ficado com esse dinheiro em proveito próprio. Considerou-se pessoa honesta, filho e neto de boas famílias e que ninguém lhe tem nada a apontar.

O munícipe Manuel José Raposo considerou que o voto de louvor aprovado para o Voz de Alpiarça foi um perfeito acto de hipocrisia, porque uma das forças políticas que em tempos fez tudo para acabar com este jornal, inclusivamente fundou outro jornal, e portanto deveria pelo menos ter-se absterido.

O presidente da câmara sobre a intervenção do munícipe Francisco Cunha e quanto à extensão das suas intervenções, frisou que mesmo procurando ser sucinto as questões colocadas pela assembleia são numerosas e como tal têm o seu tempo de resposta, sobre a entrega do CLDS+ à ARPICA disse que é uma decisão do executivo, aprovada pela Segurança Social e que foi tomada em defesa dos interesses do município e das populações e que teve em conta o histórico do primeiro CLDS, acrescentando que esta noite a questão já foi suficientemente explicada tanto por si como pelo vereador João Arraiolos. Sobre o cumprimento do programa eleitoral da CDU disse discordar do munícipe e que cabe às populações em democracia julgar as forças políticas pela sua actuação. Sobre a dívida e as responsabilidades dos executivos há documentação oficial, nomeadamente os Relatórios e Contas de Gerência que permitem aferir ano a ano o valor em dívida legado por cada executivo. Aproveitou para esclarecer o munícipe que estava enganado quanto à dívida ao ex-Fundo de Fomento de Habitação, que ao tempo em que o PS ganhou as eleições era um dossier em negociação entre a Caixa Geral de Depósitos e o executivo anterior liderado pelo eng.º Raul Figueiredo, tendo o Dr. Rosa do Céu concluído as negociações com alguma dose de precipitação provocada pela pressão dos seus apoiantes e para mostrar trabalho e que mesmo assim a dívida herdada da CDU nem chegou a um milhão e meio de euros, muito longe dos cinco milhões aludidos pelo munícipe Francisco Cunha. Relativamente à Barragem dos Patudos, disse que a CDU nunca negou a paternidade da obra ao eng.º Leonel Piscalho, se alguém tem querido fazer esquecer que a obra nasceu pela mão de Leonel Piscalho no tempo da CDU é o PS e ainda hoje o deputado Fernando Ramalho afirmou que a barragem ao tempo da CDU não passava de um monte de lama a tapar um curso de água, o que como se sabe é falso. Sobre os peixes mortos na barragem, tanto nesta assembleia como na anterior e até em reuniões de executivo o tema tem sido debatido, e disse que mais que ninguém a câmara de Alpiarça quer ver este problema ecológico debelado. Relativamente ao muro nos Patudos aconselhou o munícipe a dar tempo ao tempo e deixar que a obra seja concluída. Relativamente aos debates disse que nunca se furtou a nenhum debate, que será candidato à câmara de Alpiarça pelo terceiro mandato consecutivo e está pronto para qualquer debate, desde que algum órgão de comunicação, jornal ou rádio, dê o seu patrocínio.

Relativamente à intervenção do munícipe Raul Figueiredo disse já ter respondido no que toca à dívida e à obra dos esgotos do Frade de Cima.

Sobre a intervenção do munícipe Manuel José Raposo, disse que era uma opinião pessoal e um assunto do foro da assembleia municipal que votou a proposta do presidente da mesma.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo presidente da assembleia, eram três horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____